



## PROCESSO HISTÓRICO ACERCA DA DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Marcos Chagas Mota <sup>1</sup>  
José Ernandi Mendes <sup>2</sup>  
Carlos Rochester Ferreira Lima <sup>3</sup>

### RESUMO

No debate atual da educação as questões de gênero e sexualidade são temáticas que estão no centro do debate público sobre educação. Primeiro pelo desenvolvimento e crescimento de pesquisas e produções acadêmicas de qualidade sobre gênero, orientação sexual e diversidade sexual. Segundo pela ofensiva dos grupos conservadores que contestam e se utilizam de vários meios e estratégias para impor um pensamento retrógrado, opressor e autoritário que só castra a liberdade e o acesso ao conhecimento dos estudantes, não possibilitando uma educação democrática e integral. Essa disputa é o resultado de um processo histórico que vamos destacar neste trabalho por meio de alguns recortes históricos: Brasil Colônia (educação jesuítica), o movimento Educação Nova e a ofensiva conservadora dos dias atuais. Este trabalho tem o objetivo de apresentar e refletir sobre o processo histórico acerca da diversidade sexual na educação brasileira. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica a partir dos autores Cicone e Moraes (2016), Xavier (2004) e Reis e Egert (2017), além da análise realizada de matérias jornalísticas da atualidade. A partir de alguns fatos históricos e situações que acontecem no cotidiano das escolas, é perceptível que os conflitos acerca das sexualidades nas escolas muito presentes atualmente é o resultado de um processo histórico de uma educação que ainda está alicerçada em bases coloniais, conservadoras e religiosas, apesar do nosso país adotar um regime democrático e um sistema educacional laico. Ainda se percebe, na atualidade, uma ofensiva articulada nacionalmente para impedir que os conhecimentos acerca de gênero e sexualidade não sejam debatidos na escola e um desrespeito à identidade de gênero e sexualidade dos estudantes. Essas concepções retrógradas e preconceituosas estão cerceando o direito ao acesso e permanência de parte dos estudantes da escola e prejudicando a sua aprendizagem.

**Palavras-chave:** Processo histórico, Educação brasileira, Diversidade sexual.

### INTRODUÇÃO

A educação formal brasileira está se adaptando às novas legislações elaboradas, aprovadas e implementadas no meio de um ambiente político golpista e de instabilidade. Estamos falando mais precisamente do governo de Michel Temer (2016 - 2018) e Bolsonaro (2019 - 2022) e em relação ao “Novo Ensino Médio” e à “Base Nacional Comum Curricular”. Nossa educação atual sempre foi e é reflexo dos processos históricos, de memória e disputas

---

<sup>1</sup> Mestre pelo Curso Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará - MAIE/UECE, [marcos\\_agenda@yahoo.com.br](mailto:marcos_agenda@yahoo.com.br);

<sup>2</sup> Professor Doutor do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará - MAIE/UECE, [ernandi.mendes@uece.br](mailto:ernandi.mendes@uece.br);

<sup>3</sup> Professor Doutor do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará - MAIE/UECE, [rochester.lima@uece.br](mailto:rochester.lima@uece.br).



que se acirram desde a invasão das terras que hoje chamamos de Brasil até os dias contemporâneos, pois concordamos que “... a memória, individual e coletiva, é uma visão do passado que é sempre filtrada pelo presente.” (Travesso, 2012, p. 24)

No debate atual, as questões de gênero e sexualidade são temáticas que estão no centro do debate público sobre educação. Primeiro pelo desenvolvimento e crescimento de pesquisas e produções acadêmicas de qualidade sobre gênero, orientação sexual e diversidade sexual que impactam as produções culturais, a consciência coletiva, as subjetividades e as práticas sociais, inclusive dentro da escola, promovendo a discussão e possibilitando um melhor acolhimento a todes estudantes e principalmente a aprendizes Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo e Assexuais. E, segundo, pela ofensiva dos grupos conservadores que contestam e se utilizam de vários meios e estratégias para impor um pensamento retrógrado, opressor e autoritário que só castra a liberdade dos estudantes e não possibilita uma educação democrática e integral, a exemplo disso temos os projetos “escola sem partido”, a mentirosa “ideologia de gênero” e os projetos atuais de proibição da utilização da linguagem neutra nas escolas. Justifica-se e é urgente nossa discussão, pois para exemplificar uma das situações que listamos, mais precisamente a “ideologia de gênero” que “[...] desejam impor a manutenção das desigualdades de gênero [...]” (Reis; Eggert, 2017).

Este contexto resulta de um processo histórico de disputas acerca de currículo e implementações de políticas educacionais em nosso país, desde a colonização até os dias atuais, onde a diversidade sexual não é respeitada e compromete o direito à educação de muitos estudantes.

Assim sendo, nosso objetivo geral neste trabalho é o de apresentar e refletir sobre o processo histórico acerca da diversidade sexual na educação brasileira. Quanto aos objetivos específicos terão como propósito promover o debate sobre o processo histórico acerca das questões de gênero e sexualidades na educação formal, incentivar a produção de novas investigações de resgate históricos de fatos que influenciaram negativamente e positivamente a educação brasileira relacionada às concepções de sexualidade na escola e, por fim, denunciar práticas e articulações que tentam impedir, coagir professores e instituições educacionais de debater o conhecimento acumulado sobre gênero e sexualidades.

Para a realização deste estudo optou-se por uma metodologia focada em um estudo e levantamento bibliográfico de pesquisas que fazem uma abordagem teórica e conceitual com argumentações relacionadas à temática pesquisada, assim como reportagens dos meios de comunicação para verificar como são tratadas as questões da sexualidade na escola.



Este cenário conflituoso de nosso tempo é uma construção histórica e para exemplificar um pouco essa construção, por ser este um texto breve, vamos abordar a educação no Brasil Colônia que foi protagonizada pelos jesuítas que, por sua vez, tinham a intenção de adestrar os povos originários ao pensamento europeu e religioso vigente na época (Ciccione; Moraes, 2016). Como também séculos depois com a Educação Nova e os movimentos pioneiros da educação, que mesmo sem ser um movimento revolucionário, contribuiu para uma educação pública, universal e laica, dando abertura para maior liberdade de aprender, ensinar e incluir mais brasileiros (Xavier, 2004). Para finalizar, ressaltamos a reação autoritária de grupos ultraconservadores no Brasil, que elegeram uma guerra cultural e contra a educação, tendo como um de seus principais focos de ataques a questão da sexualidade, principalmente dentro das escolas. São diversos projetos e ações que esses grupos fascistas executam Brasil afora, castrando a liberdade de aprender, ensinar e viver.

Todos esses processos sempre impactaram na individualidade, coletividade e nas identidades e entraram em conflito influenciando a sexualidade das pessoas. Nossa educação até hoje ainda nega e invisibiliza as diferenças, as identidades e orientações sexuais que se “desviam” do padrão construído socialmente como “normal” e “natural”. Mesmo com tantos avanços que já tivemos e estão sendo implementados nas escolas e na sociedade. Dessa forma este trabalho se justifica pela necessidade e urgência em buscar uma escola que acolha e garanta o direito de aprender a todos, todas e todes.

## **METODOLOGIA**

Inicialmente, realizou-se um levantamento e um estudo bibliográfico de pesquisas que fazem uma abordagem teórica e conceitual com argumentações relacionadas à temática pesquisada. De forma complementar, nos valem também de artigos, entrevistas e reportagens dos meios de comunicação, publicadas em sites na internet, sobre como são tratadas as questões das sexualidades na escola, para situar quais os impactos da diversidade sexual nas escolas e no cotidiano dos estudantes.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

**Religiosidade e educação: da pedagogia jesuítica aos impactos na educação para a diversidade sexual**



Para compreender o sistema oficial de ensino atual é preciso recorrer a diversos processos históricos para entendermos como chegamos a essa estrutura, currículo, leis e práticas culturais difundidas nas escolas de todo o Brasil. Entendemos também que nosso país é muito grande e diverso e as questões educacionais apresentam pontos distintos em cada região do país, cidades e até bairros da mesma cidade. Tanto pelas diferenças regionais, como também pelo fato de termos uma sociedade com classes sociais bem diversas. Contudo, compreendemos que alguns fatos históricos influenciaram mais fortemente a organização educacional brasileira até nosso tempo de forma geral. Um deles é a inserção dos Jesuítas para comandar a educação aqui, no Brasil colonial, em nome da coroa portuguesa. Seus feitos, por mais de dois séculos, influenciaram a educação no nosso país em vários aspectos, incluindo a concepção de educação nas relações de gênero e da diversidade sexual.

Antes de abordarmos algumas características desse período, gostaríamos de registrar que em nossa trajetória acadêmica escolar e na universidade, percebemos que muitos fatos históricos não foram registrados nos livros. A discussão de gênero e orientação sexual não é destacada em muitos períodos históricos e, em detrimento da brevidade de nosso texto, não apresentaremos as causas aqui, dessa forma entendemos a importância dessa análise para uma reparação histórica, uma maior consciência dessa questão e como chegamos até aqui.

Abordando diretamente os jesuítas na educação no Brasil colonial, estes chegaram aqui em 1549 e permaneceram até serem expulsos no século XVIII. A Companhia de Jesus foi oficialmente instituída pelo governo português para se encarregar da educação na colônia. Esses padres implementaram um ensino voltado para aculturar<sup>4</sup> e converter (religiosamente e culturalmente) como também educar, de acordo com suas concepções de mundo e de sociedade, os nativos e a população em geral que vivia aqui na época, ou seja, doutrinar pela fé. Os jesuítas também atuavam como uma empresa, pois possuíam fazendas, escravos e propriedades. Nesse sentido, eles eram coniventes com a escravidão e atuavam de forma coercitiva e opressora para introduzir na consciência dos africanos que a condição de escravizados dos mesmos era natural. Nesse contexto, os jesuítas abriram seminários com intuito de formar pessoas para implementar sua educação e também formar filhos da elite para posteriormente continuar os estudos na metrópole. (Cicone; Moraes, 2016).

Após abordar algumas informações sobre os jesuítas, gostaríamos de esclarecer que nosso objetivo aqui não é avaliar todos os aspectos desse período, mas sim sinalizar que desde o início, nossa educação não promovia a diversidade, seja cultural ou sexual. Ao estudar os

---

<sup>4</sup> Fazer assimilar ou assimilar características de uma cultura.

métodos e prática dos jesuítas, logo podemos perceber que não havia espaço de forma nenhuma para uma discussão sobre respeito às diferenças e às práticas sexuais que divergiam do pensamento religioso cristão da igreja católica em pleno século XVI ao qual tinha em sua educação muitos aspectos herdados da Idade Média. Entre dogmas e doutrinas, e num processo de aculturação, somente havia espaço para forçar as pessoas, sejam indígenas, negros ou colonos, a seguirem fielmente todos os ensinamentos e hábitos tidos pelos padres como corretos e verdadeiros. Os povos originários que aqui viviam tinham uma relação com a natureza, com as pessoas e com sua sexualidade muito diferente dos portugueses e outros povos europeus que aqui estiveram, e como a intenção era dominar tinham de apagar a cultura, a língua, os hábitos e as práticas sociais.

Essa perspectiva nos remete à homogeneização das identidades e de comportamentos na escola da atualidade, como quando se determina a maneira que cada gênero deve se vestir e se comportar de determinada forma, além dos itens de vestuário e acessórios que são proibidos nas escolas. É uma ideia descabida, principalmente no Ensino Médio, que se limita os jovens a não exercerem sua sexualidade e, se o fizerem, a única alternativa é cis, heterossexual e “só depois do casamento”. Como percebemos, o pensamento religioso ainda é muito influente nas nossas escolas e no nosso currículo.

É importante destacar que, nesse período, estamos abordando além dos Jesuítas, pois “[...] os franciscanos desenvolveram um trabalho importante em diversos pontos da colônia. Outras ordens aqui presentes foram os beneditinos, as carmelitas, os mercedários, os oratorianos e os capuchinhos.” (Cicone; Moraes, 2016, p. 74). A partir desse trecho podemos perceber que a coroa portuguesa, enquanto outra nação europeia já tinha rompido com a igreja católica, Portugal continuava validando oficialmente o poder da Igreja Católica na educação e em muitos outros aspectos da vida, tanto na metrópole como também nas colônias. Logo, não havia espaço para outros pensamentos, ideias e diferentes formas de se relacionar com o divino e viver a vida.

A partir dessa breve análise sobre esse período colonial de nossa nação fica nítido que as amarras das concepções religiosas coloniais continuam presentes nas nossas escolas e tem dificultado o fato de que muitas discussões possam acontecer livremente. Atualmente, esta cultura restritiva tem sido potencializada principalmente pelos evangélicos neopentecostais, que têm se organizado em todo país e conseguido criar estratégias para censurar as escolas, sendo um dos alvos desse pensamento conservador, retrógrado, autoritário e fascista em relação à discussão sobre a sexualidade. A maior mazela causada por essa ofensiva são as



violências sofridas principalmente por estudantes e professores que se opõem a esse pensamento excludente e preconceituoso.

### **Educação democrática x educação autoritária: a educação nova e o novo ensino médio e suas contribuições para as discussões de gênero e diversidade de orientação sexual nas escolas**

As amarras tradicionais e autoritárias impostas pela Igreja Católica desde o período colonial foram difundidas na educação brasileira podendo ser sentidas até os dias atuais, porém um movimento de intelectuais no início do século XX foi o marco para uma nova concepção de educação. As ideias desse movimento estão materializadas no Manifesto da Educação Nova publicado em 1932.

Entendemos que, mesmo com a criação desse Manifesto, este documento ainda trouxe um caráter autoritário, pois ainda que defendesse valores democráticos na educação, entendia que as mudanças deveriam vir de cima para baixo, ou seja, a partir da elite para o povo. Mesmo assim, consideramos que esse movimento colocou definitivamente no debate público educacional do país algumas ideias que foram implementadas a partir de legislações, políticas públicas e governos até os dias atuais, que contribuíram positivamente para educação da população brasileira, como também abriu espaço para uma melhor inclusão das minorias no espaço escolar, dentre elas a comunidade LGBTQIAPN+.

Iniciando nossa abordagem sobre o Manifesto suas principais questões são as que “[...] teria introduzido um novo temário ao debate educacional a partir da defesa da escola pública, obrigatória, gratuita e leiga, e da coeducação.” (Xavier, 2004, p. 12). Nesse viés, tivemos grandes avanços em nosso sistema educacional em relação à universalização do ensino e da escola pública, apesar da rede particular ainda ter uma grande participação e importância na educação do Brasil, causando uma dicotomia onde a escola pública é grande alvo de críticas e desvalorização. Entretanto, a defesa da escola pública, gratuita e universal ainda é muito forte na área educacional, mesmo com o avanço da política neoliberal onde se defende a privatização das escolas e universidades. Essa nova concepção de educação vem muito a contribuir para a educação da grande massa populacional brasileira, principalmente para os filhos dos trabalhadores.

Prosseguindo nossa discussão, outra pauta de defesa do Manifesto é a educação laica, ou seja, o afastamento principalmente da Igreja Católica do comando de escolas e de pautar o currículo e políticas educacionais. Claro que isso causaria uma reação dos intelectuais ligados



a essa religião, pois “Enquanto os pioneiros viam na ciência a chave do progresso da humanidade, os católicos insistiam que a religião é que se constituía um fator de progresso e viga mestra da civilização.” (Xavier, 2004, p.15).

Esse debate se intensificou no início do século passado mais parece que estamos falando de agora, pois o discurso científico difundido nas escolas é constantemente contestado pelo pensamento mágico dos religiosos, seja nas questões da Pandemia de Covid-19, seja na sexualidade, pois se utilizam dos dogmas e das interpretações da bíblia de cada religião para proibir a difusão livre de informações acerca da prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis, prevenção de gravidez na adolescência, uso de preservativos e contraceptivos, combate à LGBTfobia, debate acerca da identidade de gênero e orientação sexual.

Como atualmente, naquele período também haviam grupos de pessoas que se opunham às políticas educacionais democráticas e progressistas, podemos citar como exemplo que “Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima) acusava o Manifesto de ser anticristão por negar a supremacia da finalidade espiritual; antinacional, pois desprezava a tradição religiosa do povo brasileiro...” (Xavier, 2004, p. 13). Atualmente vários políticos e líderes religiosos se opõem a uma educação mais inclusiva debatendo as relações de gênero e das sexualidades por defenderem um argumento, no mínimo equivocado, de que esse conhecimento destrói as famílias e expõe as crianças a uma sexualização precoce.

O debate é necessário e as visões divergentes fazem parte da política, da sociedade e das disputas de poder que sempre se pautaram nisso, mas o que não podemos admitir é uma postura fascista de alguns grupos que tentam impor a toda uma sociedade suas concepções de vida. Por isso, o Manifesto dos pioneiros da educação é um marco, pois rompeu com as políticas públicas antigas que já tinham perdido em várias partes do mundo sua validade e aplicabilidade. Essa nova concepção de educação defendida pelos pioneiros é “[...] orientada por uma nova ética das relações sociais caracterizadas pelos valores da autonomia, do respeito à diversidade, igualdade e liberdade, solidariedade e cooperação social.” (Xavier, 2004, p. 17). Por isso, o Manifesto de 32 foi e é importante para a questão do gênero e da sexualidade fazerem parte do currículo das escolas, para uma melhor compreensão das relações desiguais de gênero e melhor acolhimento dos estudantes.

**Reação autoritária dos movimentos conservadores à educação democrática e à diversidade sexual**



As disputas acerca da implementação das políticas públicas para a educação sempre foram evidentes na sociedade brasileira, exemplificadas por alguns períodos de nossa história aqui neste texto. Em relação à diversidade sexual, diversas frentes de reação ficaram mais perceptíveis desde o governo Dilma Rousseff (2011 - 2016). Essas investidas fazem com que professores e escolas evitem certos temas sendo coagidos e censurados por causa dessa ofensiva ultraconservadora.

O primeiro programa de governo derrubado foi o Brasil sem Homofobia, que pretendia realizar várias ações, inclusive nas escolas, porém depois de muitas contestações além de informações mentirosas do programa que foram disseminadas, o governo optou por não continuar com essa política pública. Dentro desse programa estava incluso material didático pró diversidade sexual que preconceituosamente foi apelidado de “Kit Gay”, publicizado com argumentos mentirosos e vastamente utilizado na campanha presidencial 2018 com objetivo de apelar para a consciência conservadora da sociedade e conseguir votos.

Existem também outras frentes de reação, como a chamada “ideologia de gênero” que consiste em um grupo de pessoas que difundem um posicionamento contrário à discussão da sexualidade na escola se utilizando de argumentos que podemos chamar de, no mínimo, equivocados e mentirosos, para dar suporte a seus posicionamentos preconceituosos e discriminatórios. Subsidiando nossa compreensão acerca dessa questão, Reis e Eggert nos dizem:

Criou-se uma falácia apelidada de “ideologia de gênero”, que induziria à destruição da família “tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros, e que nega a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT comprovadas com dados oficiais e estudos científicos. (2017, p. 20.)

E as investidas retrógradas e conservadoras não param. A partir do ano de 2022 identificamos, a partir de vários meios de comunicação, projetos de lei em estados e municípios para proibir a utilização da linguagem neutra nas escolas. Em 2023, continua uma investida legislativa de projeto antiLGBTQIAPN+, podemos citar como exemplo uma reportagem da Folha de São Paulo intitulada “Brasil tem um novo projeto de lei antitrans por dia [...]”. Publicada em 20 de março de 2023, esta reportagem fez um levantamento e apurou que apenas em 2023 foram apresentados 69 projetos de lei nas esferas federal, estadual e municipal que a reportagem classificou como antitrans. Quando vamos nos deparar com os tipos de projetos que tratam de: proibição de linguagem neutra nas escolas; impedimento da “ideologia de gênero” nas escolas; implementação da “escola sem partido”; proibição da instalação de banheiros sem gêneros em instituições públicas e privadas e até a prisão de





adultos que apoiarem menores em transição de gênero. (Avelar, 2023). Fica claro com essas iniciativas uma ofensiva nacional aos direitos das pessoas que não se enquadram no padrão hétero cis normativo além de ser um ataque direto a não somente pessoas transexuais, mas também a todas as pessoas LGBTQIAPN+.

É mais uma articulação para a desinformação, promoção da invisibilidade de sujeitos e discriminação de uma população já tão vulnerável. A linguagem neutra, por exemplo, surge na sociedade como resultado de uma discussão acerca da nossa linguagem que perpetua os sistemas de opressão de poder machista e heterossexista. Este debate surgiu nos meios acadêmicos e agora estão sendo adotados de maneira espontânea por indivíduos e produções culturais. No entanto, não é abordado nas escolas nem faz parte da norma culta da língua. Como seria criado um projeto para proibir isso? Provavelmente, apenas para desinformar, apelando mais uma vez para a população conservadora e tentando influenciar o debate sobre a diversidade de identidades de gênero e orientação sexual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a nossa ‘visita’ a algumas balizas temporais da história da educação brasileira nos auxilia a identificar e denunciar a gênese e organização das políticas públicas que sempre foram marcadas por autoritarismo, arbitrariedades e opressão. Conseguimos identificar essas características mesmo sem abordar o período da Ditadura Militar que é um período de fortes influências na maneira como nossas escolas se organizam atualmente.

Esse processo histórico resulta numa escola que não é acolhedora principalmente para estudantes LGBTQIA+, pois inicialmente não se considerava sua existência e hoje em dia, depois de tantos avanços na pesquisa sobre gênero e diversidade sexual, ainda continuamos num constante embate principalmente com grupos políticos/religiosos mais conservadores que ainda não identificam a necessidade de que o reconhecimento e a implementação dessa discussão na escola beneficia toda uma sociedade. É necessária a compreensão de que os estudantes conhecerem a realidade e compreender o mundo a sua volta não é uma doutrinação. Entretanto, a proibição do acesso a tal conhecimento em nome da fé e de “Deus” sim, se torna uma restrição doutrinária.

Corroborando com estas mentalidades e discursos tivemos a implementação do intitulado Novo Ensino Médio, Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017), onde estudantes poderão escolher áreas de conhecimento para se aprofundar ou componentes curriculares eletivos. Nesse contexto, nos vem vários questionamentos: como está o processo



de escolha de tais componentes a serem oferecidos pelas escolas? Estudantes, professores e comunidade participarão desse processo? Que conhecimentos serão considerados mais relevantes a fazerem parte desse novo cardápio de possibilidades? Temas transversais como gênero e sexualidade estarão disponíveis? Se estiverem disponíveis, só parte dos estudantes devem ter acesso a esse conhecimento ou todos?

São questionamentos que poderão ser respondidos pelas próximas investigações, mas devemos estar atentos, compreender os processos, observar como estão acontecendo na realidade e quais impactos estão causando para os estudantes e para a sociedade. Assim, por fim, devemos sempre problematizar, discutir e sugerir possibilidades para melhor acolher e formar as pessoas.

## REFERÊNCIAS

AVELAR, Dani. Brasil tem um novo projeto de lei antitrans por dia, o “efeito Nikolas” preocupa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 de março de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/brasil-tem-um-novo-projeto-de-lei-antitrans-por-dia-e-efeito-nikolas-preocupa.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 13.415. De 16 de Fevereiro de 2017**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Acesso em: 28 jul. 2022.

CICONE, Reinaldo Barros; MORAES, Eliel Pereira de. **História da Educação**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

REIS; T; EGGERT; E. **Ideologia de Gênero: uma falácia construída sobre o plano de educação dos brasileiros**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan.-mar., 2017. Acesso em: 28/08/2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/htcmPttvFjg4sb8rYT8CzPD/?lang=pt&format=pdf>.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar. História, memória e política**. Título original: *Le passé, modes d'emploi: histoire, mémoire, politique*. Autor: Enzo Traverso. Tradução: Tiago Avó. Revisão: Unipop. Capa: Ana Mary Bilbao. Paginação: Unipop.



Impressão: SpeedMedia. La fabrique 2005, Unipop para a presente edição. 1ª Edição fevereiro de 2012, 2ª edição outubro de 2012.

XAVIER, Libânia Nacif. **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova como divisor de águas na história da educação brasileira.** In: XAVIER, Maria do Carmo (Org.) Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: FGV, 2004.